

Itaipu anuncia área para os índios

Os avás-guaranis serão transferidos agora em janeiro para uma área com 1.780 hectares

Patrícia Lunovich

Foz do Iguaçu (Sucursal) - A Itaipu Binacional anunciou ontem, oficialmente, a compra de 1.780 hectares de terras para reassentar os índios avás-guaranis, que tiveram seu antigo território, nas margens do Rio Paraná, inundado pela formação do reservatório da usina, em 1982. A área está localizada entre os municípios de Diamante do Oeste e Ramilândia (a 150 quilômetros de Foz do Iguaçu) e é banhada pelos rios São Domingos e São Francisco Falso. A demarcação e a transferência dos índios para o local devem acontecer em janeiro. A notícia foi antecipada por **O Estado**, em reportagem publicada na última sexta-feira.

A decisão de Itaipu põe fim ao impasse entre a binacional e os avás-guaranis, que há quatorze anos lutam pelo assentamento definitivo da comunidade. A terra prometida só veio depois de anos de espera, indecisões e até protestos por parte dos avás. Em 14 de março deste ano, o diretor-geral brasileiro da Itaipu, Euclides Scalco, reuniu-se com o cacique Inocêncio Tupã e o deputado estadual Florisvaldo Fier, o Rosinha, em uma primeira rodada de negociações para resolver o problema.

Negociações

Nesse período, o antropólogo Rubem Thomas de Almeida foi



Os avás-guaranis invadiram a reserva de Itaipu, em Foz, para exigir uma nova área. No total são 340 índios que vivem em Ocoí e outros noventa que estão no Refúgio Biológico Bela Vista.

contratado pela Itaipu para fazer um laudo da situação dos avás. Em várias visitas à nova reserva, que possui 30% de mata nativa, o antropólogo atestou a adequação do local, com serviços preliminares de topografia. Os índios também aprovaram e estão ansiosos para fixar moradia no novo território.

Para a nova área serão remanejados 340 índios, que vivem na Reserva do Ocoí - antigo território dos avás, em São Miguel do Iguaçu (a 50 quilômetros de Foz do Iguaçu) e outros noventa

acampados, desde junho do ano passado, em uma área de 622,9 hectares de matas nativas, no Refúgio Biológico Bela Vista, da Itaipu. A transferência dos índios depende, agora, da retirada de alguns pertences do antigo dono e da entrega oficial da área, prevista para janeiro.

Reivindicação

A questão com os avá-guaranis na área de Itaipu teve início em 1977, quando a Funai identificou um grupo de onze famílias indígenas nas margens do Rio Paraná, em local que seria inundado

pela formação do reservatório, em 1982. Após várias negociações entre Itaipu, Funai e Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), os índios foram remanejados para Ocoí, numa área de 253 hectares. Segundo os índios, era insuficiente para garantir a sobrevivência da comunidade.

Cansados de esperar uma solução, os índios ocuparam, em 15 de junho do ano passado, a reserva de 622,9 hectares de mata nativa de Paraná-Porã, no Refúgio Biológico da Itaipu, onde estão até hoje.

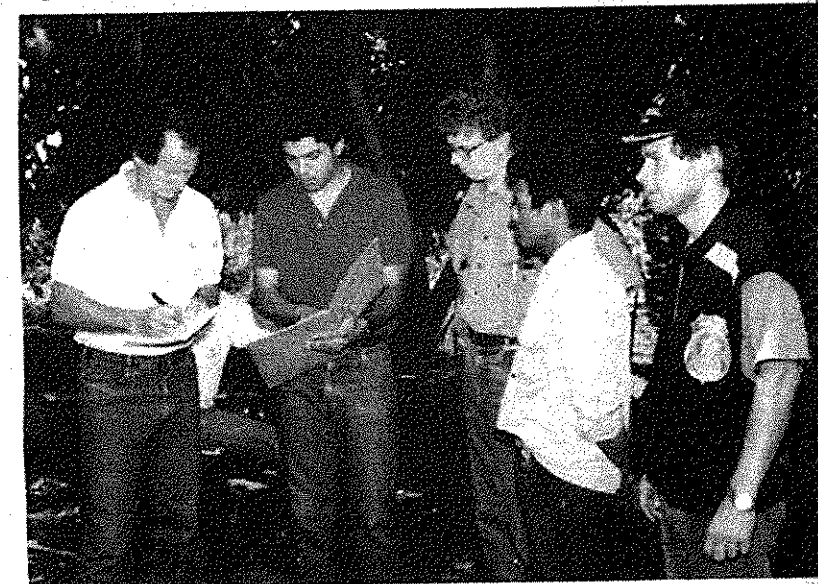
Visita ajudou os índios

Em outubro de 1990, por solicitação da direção da Adeafi (Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu), a aldeia dos avás-guaranis em São Miguel do Iguaçu foi visitada pelo juiz federal Edgar Lippmann Júnior, o procurador da República Clemerson Merlin Cleve e uma equipe de policiais federais, tendo à frente o delegado Luiz Carlos Ramos.

Foram comprovadas as denúncias feitas pela Adeafi, de extração de madeiras na reserva de menos de 250 hectares, às margens do lago de Itaipu, mais a invasão da área por agricultores lindeiros e a não prestação de assistência por parte da Funai e município de São Miguel. Seis meses depois, a Procuradoria apresentou

denúncia formal e em 1991 o juiz Edgar Lippmann concedeu liminar condenatória.

Itaipu foi condenada a adquirir cerca de 1.500 hectares de matas na região, conforme reclamavam os índios, que alegavam possuir uma área deste tamanho, antes do enchimento do lago. O município de São Miguel do Iguaçu e a Funai foram condenados a prestar assistência médica e alimentar aos avás. Já a Polícia Florestal teve que dar segurança, fazendo rondas para evitar que carvoeiros e donos de serrarias retirassem madeiras. Itaipu também deveria reavivar as divisas com cerca e murunduns, para evitar que agrotóxicos utilizados nas lavouras fossem cair na área dos indígenas.



O juiz federal Edgar Lippmann Júnior (2.º esq. para dir.) visitou a reserva em outubro de 1990.